

JUNTA DISTRIITAL DE FARO

JOSÉ DE JESUS NEVES JÚNIOR

e

JÚLIO FILIPE DE ALMEIDA CARRAPATO

No 3.º Aniversário do 25 de Abril



O 25 de Abril como fenómeno histórico

*Sessão Solene promovida pelo
Governo Civil de Faro*

Jo

O 25 de Abril como fenómeno histórico

**Discursos proferidos no Salão Nobre da Junta
Distrital de Faro, em 25/4/77, por**

– Dr. José de Jesus Neves Junior

e

– Dr. Júlio Filipe de Almeida Carrapato

JOSÉ DE JESUS NEVES JÚNIOR

Ex.^{mo} Senhor Governador Civil

Ex.^{mos} Senhores Componentes da Mesa

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Há três anos, às primeiras horas da manhã, chegou-me a notícia inesperada de que Lisboa estava cercada por forças militares hostis ao governo e à situação política de então. Pouco depois, recebia a confirmação de essa primeira e vaga notícia. Tudo indicava que terminara o regime político que fora implantado em Portugal em 1926 e contra o qual as forças democráticas reagiram em 1927, em 1928 e em 1931, através de movimentos revolucionários organizados que eclodiram, o primeiro, o de 1927, no Porto e em Lisboa, o de 1928 em Lisboa e o de 1931 na Ilha da Madeira. E no decurso da vigência de esse regime jamais as forças democráticas, em geral clandestinamente, deixaram de reagir, tendo surgido momentos que congregavam aqueles que se opunham ao sistema político implantado nos dias que se seguiram ao movimento militar de 28 de Maio de 1926: foi a *Seara Nova*, que desde 1921 constituiu um foco de esclarecida doutrinação do republicanismo democrático; foi o movimento da *Renovação Democrática* que, criticando erros da primeira república, apontava às gerações moças um novo caminho de renovação política-social; foi, depois, o grande movimento de unidade democrática, designado pela sigla *MUD*, que levantou bem alta a bandeira da reacção contra o corporativismo autoritário.

A partir de 1961, após a agitação ideológica que se seguiu ao fim da Segunda Grande Guerra, a oposição entre as duas correntes políticas agudizou-se, com a entrada em acção no Ultramar de movimentos que pugnavam pela independência dos territórios sob tutela portuguesa.

A expansão ultramarina dominara e definira a vida do povo português a partir dos princípios do séc. XV. Condições sociais da época e a pobreza do sector mediterrânico do território pátrio levaram-nos para as vias procelosas dos oceanos. Alberto Sampaio e António Sérgio apontaram esse pendor da dinâmica social e política da grei como um erro que malsinou o destino histórico do povo português no começo da sua adolescência, porque nos desviara da valorização da terra e embriagara-nos com o cheiro da pimenta oriental e com o fulgor do ouro do Brasil. Mas perante o pensamento de esses ilustres Velhos da Praia do Restelo, cujo critério histórico não deixo de considerar válido, não podemos esquecer que a pobreza do nosso Sul, de chuvas aleatórias, nos impelia, e por factores que vinham de longe, a procurar novas fontes de riqueza. Curioso é notarmos que os

dando a transformação política que acabava de acorrer e com a imagem presente e viva da saída dos prisioneiros de Caxias que corriam ao encontro de familiares e amigos abraçando-os enternecidamente. Entretanto, a visão do passado ascende à superfície do espírito e apontei, então, aos meus concidadãos o perigo de degradação da política nova, se surgissem discussões estéreis, e se, para além da liquidação dos salários miseráveis que auferiam certas camardas da população, entre elas os heróicos pescadores, — se fizessem reivindicações insensatas. Poderia, assim, ergue-se o perigo de uma reacção de tipo termodoriano ou mesmo de tipo napoleónico.

Dias depois, se não erro, em 20 de Maio, fui convidado para falar no 1.º Comício do Movimento unitário, MDP, que se realizou no teatro St.º António. Aí, mais uma vez, apontei a inconveniência da reivindicação de salários e subsídios que ultrapassassem as possibilidades da economia nacional. Mostrei que aumentos salariais de esse tipo contribuem para a inflação monetária, estabelecendo-se, de esse modo, um círculo vicioso entre subidas de preços e de salários.

Nesse tempo, quando a revolução dos cravos dava os seus primeiros e hesitantes passos, esperava eu que certos sindicatos, com o apoio técnico e financeiro do poder central, tomassem nem só as alavancas dos principais ramos da produção mas pugnassem também por uma melhoria, cada vez maior, dos serviços públicos. Tendo vivido o movimento anarco-sindicalista que actuou em Portugal nos anos da minha adolescência e juventude, é natural que assim pensasse, se bem que esse fundo doutrinário se tenha ido adaptando, no meu espírito, à evolução histórica do nosso tempo. Houve sindicatos que, na verdade, trilharam esse caminho, mas, por falta do referido apoio técnico e financeiro inicial e ainda por deficiente orientação, o processo revolucionário não foi coroado de êxito e teve até aspectos negativos comprometedores da marcha para uma nova estrutura social e susceptíveis até de criar a base social de uma oposição a essa marcha. Ao contrário do que seria de esperar os sindicatos têm-se limitado, principalmente, a reivindicações salariais que se, em vários casos, são justificáveis, noutros têm constituído pressões desorientadas sobre os governos. Tais reivindicações de salários, subsídios, e retroactivos têm constituído um dos vários factores desta inflação galopante que nos vai levando — e a toda a civilização europeia — não sei para que abismo. E assim se tem desviado parte substancial do pobre rendimento nacional do seu verdadeiro caminho.

Este país que não produz o suficiente para a manutenção dos seus habitantes, com uma balança das contas impressionantemente deficitária e com uma dívida aos países estrangeiros não menos impressionante, não pode dar-se ao luxo de pagar a todos os trabalhadores, mesmo aos que auferem salários mais altos, um subsídio de Natal, um subsídio de férias e ainda, escandalosamente, em certos casos, um 15.º mês e subsídios de almoço mesmo a quem mora perto do lugar de trabalho. Não podemos, além disso, subsidiar jornais e partidos. Os jornais serão pagos pelos seus leitores, se os tiverem; os partidos serão mantidos pelos seus adeptos. Este pobre país não pode, no momento presente, suportar tais despesas.

Eu bem sei que essas verbas são lançadas na circulação activando certos sectores da vida económica. Mas é preciso pensar maduramente nos sectores que, prioritariamente, devem ser impulsionados. É fundamental orientar essas verbas, que, por vezes, são canalizadas para a aquisição de valores sumptuários, para a reconversão da nossa antiquada agricultura e para a solução do problema da

comandantes dos veleiros dos descobrimentos eram, em geral, homens do Sul ou do centro oriental do país.

A questão colonial era, portanto, um tema central do pensamento político nacional. Tinham-no vivido e impulsionado entusiasticamente os homens da primeira república. Quando os ventos da história começaram a desmoronar os grandes impérios coloniais era de pensar que esses ventos impetuosos poderiam varrer a terra portuguesa. Era, portanto, um problema a ser colocado perante a consciência de todos os portugueses, mas um problema a ser enfrentado e equacionado em função da dinâmica história da nossa atormentada época, época em que está em jogo o destino de uma civilização, que terá de renovar-se, de reestruturar-se, mas que não deve morrer. Os homens que constituíam os sustentáculos do Corporativismo autoritário não pensaram assim, embora um deles, em anos passados há muito, tivesse encarado o problema em termos que me parecem positivos. Mas depois, ou por evolução do próprio pensamento ou por pressões estranhas, tomou posição diferente, conforme o declarou publicamente numa das suas palestras dirigidas ao povo português.

E, assim, o problema que inha raízes históricas fundas e era de todo o povo português foi considerado um «Tabu». Em volta dele não poderia haver discussões porque — diziam — «a Pátria não se discute». O grande problema, de tal modo, não foi equacionado a tempo, deixou-se crescer a tempestade dos ódios enquanto os novos imperialismos dirigiam os seus olhares para a África portentosa; e, assim, Portugal foi conduzido a uma desgraça impressionante.

Foi este um dos grandes erros dos homens da revolução palaciana que se seguiu ao 28 de Maio, revolução autoritária que o 28 de Maio continha em gérmen e que fora longamente preparada.

Esse erro dos que dominaram o movimento de 28 de Maio, e governaram o país durante quase meio século, é um erro candante, e, quando me debruço sobre o passado histórico da Pátria, sinto-me dominado por acentuada angústia que envolve os milhares de desenraizados de essas terras longínquas em cujo progresso eles colaboraram. Eles deveriam ficar, deveriam ser protegidos, porque aquelas terras eram também a sua pátria.

Penso que a falta de discussão, aberta a todos os portugueses, do problema colonial marcou um dos mais graves acontecimentos da história nacional.

Quando, naquela manhã de há três anos, tive a confirmação dos acontecimentos de Lisboa, senti-me empolgado pela ideia do fim de um regime que monopolizara a solução do referido problema nacional, que coarctara a liberdade de imprensa durante um tão longo período, que consentia na prática de violências desumanas na pessoa dos prisioneiros e fizera descer sobre Portugal um clima de medo.

Foi sob o domínio de esse entusiasmo que participei na grandiosa manifestação calizada no 1.º de Maio seguinte. Mas, professor-estudante do processo histórico da humanidade durante tantos anos, no fundo do meu espírito havia algo que enublava essa alegria: lembrar-se-á ainda o povo português da história da 1.ª República?; terão os intelectuais e os militares orientadores da política nova meditado sobre o desenvolvimento histórico da revolução francesa e da revolução russa?

E foi com o espírito empolgado pela alegria, mas voltado para o passado, que dirigi algumas palavras à grande multidão acumulada no Largo da Sé, sau-

habitação que apenas, e debilmente, começa a ser equacionado. O novo regime é incompatível com a existência de bairros de lata, com uma agricultura em geral arcaica e com classes sociais marginalizadas.

Temos cometido muitos erros e por isso é preciso que este dia do 3.º aniversário da revolução de 25 de Abril seja um dia de meditação sobre o que se fez de mal e uma promessa esperançosa de nos irmos corrigindo. A vida em democracia, em marcha para o socialismo, tem de ser um esforço constante no sentido de um convívio cívico digno e até de sacrifício pessoal. Nós, portugueses, pouco nos temos esforçado nesse sentido. E toda a culpa não a podemos atribuir aos governos. Todos nós somos culpados. Temos de criar nesta velha Casa Portuguesa as condições mínimas para nela podermos viver. Terminou a época da «política dos transportes», como lhe chamou António Sérgio. Lamentemos que essa fase da nossa história tenha terminado em drama e drama que pesará, não sabemos até quando, sobre os destinos do país. Agora, voltemos entusiasticamente à terra e isso, hoje, já é possível, criando ao mesmo tempo uma indústria de apoio à vida agrária e que, libertando-nos do estrangeiro, seja um estelo da independência nacional. Façamos deste Sul mediterrânico, terra que é de transição para o deserto, e também do Nordeste, de transição para os plainos áridos da Castela, uma terra verdejante regada pela água bem aproveitada dos nossos rios.

Temos de salvar a Revolução que eu, às vezes, chego a pensar que está a ser traída por forças talvez inconscientes. Não esqueçamos que a inflação e os esbanjamentos dos dinheiros públicos, esbanjamentos feitos sob a pressão de desorientados que não conseguem ou não querem meditar sobre os destinos do povo português — estão a criar a base social para a implantação de um regime de tipo termidoriano. Procuremos com austeridade e com trabalho fecundo minar os alicerces de esse edifício em preparação. O trabalho nacional não pode continuar a ser interrompido por longos fins de semana com a paragem de actividades que não podem ser interrompidas. Há muita gente sem trabalho. Que se faça um «roulement» de pessoal para que não haja as referidas interrupções. O regime actual de tempo de trabalho poderá ter lugar quando a nossa economia estiver refeita. Agora não!!

A revolução de 25 de Abril merece esse sacrifício de todos nós. Ela tem mártires atrás de si e representa no panorama do nosso devir histórico a expressão de um pensamento político com fortes raízes no passado. Esse pensamento, depois de conjura de 1817, manifestou-se em 1820 com a implantação do regime liberal, em 1836 com o movimento anti-cartista de Setembro de esse ano, movimento que nos trouxe reformas profundas e fecundas no domínio da cultura, em 1846 e 1847, com a revolução da Maria da Fonte, esse movimento popular que pôs termo à ditadura de Costa Cabral, e com a Patuleia em que o país de novo foi dilacerado pela guerra civil entre os partidários da Carta Constitucional e os defensores da democracia setembrista que tinha a defendê-la as massas populares e a pequena burguesia. A revolução de Abril de 1974 é ainda uma revivescência do pensamento de alguns homens que implantaram a 1.ª República em 1910, embora a evolução social realizada através de mais de 60 anos tenha imprimido à revolução de Abril um cariz um tanto diferente.

Se quisermos orientar o movimento político, cujo início hoje celebramos, no sentido do estabelecimento de relações mais justas entre as pessoas, não poderemos continuar, como se tem feito, a alargar a gama de distribuição do rendi-

mento nacional. A justiça social, consagrada pela nossa Constituição, impõe que não haja pessoas a receber de esse rendimento verbas exíguas, enquanto os novos gestores de empresas recebem mensalmente várias dezenas de contos. A Assembleia da República não pode continuar a colaborar nessa acentuação da gama salarial nem recusar ao governo a arrecadação de uma parte do subsídio natalício, em relação a vencimentos superiores a 7.000 escudos, para assim poder fazer face à resolução de certos graves problemas.

Seja este dia do terceiro aniversário da revolução de Abril um dia de meditação e lembremo-nos que não poderemos viver, como até hoje, por muito tempo. É o que esperam os que têm passado a vida a sonhar com o advento de uma sociedade de direito, de liberdade e de justiça social.

José Neves